



**A SOCIOLINGUÍSTICA E AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS:  
REFLEXÕES E DISCUSSÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM  
CURRÍCULO EDUCACIONAL INCLUSIVO E A  
DESCONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS EM CONTEXTOS  
SOCIAIS DIVERSIFICADOS NA CONTEMPORANEIDADE**

Boninne Monalliza Brun Moraes<sup>1</sup> (UNEMAT)  
[boninnemonalliza@gmail.com](mailto:boninnemonalliza@gmail.com)

Sara Cristina Gomes Pereira<sup>2</sup> (UNEMAT)  
[cristina.sara.27@hotmail.com](mailto:cristina.sara.27@hotmail.com)

**RESUMO:** Este artigo contextualiza a Sociolinguística na contemporaneidade, apresentando reflexões e análises de depoimentos de profissionais afrodescendentes de diversas áreas profissionais, além disso, mostram-se, algumas proposições para a inclusão, o respeito às diferenças, o combate a preconceitos, dentre outras. A pesquisa baseia-se, em especial, nos eixos fundamentais das Orientações Curriculares de Mato Grosso (2010), com fins de que nos currículos educacionais estas reflexões e proposições estejam presentes para o trabalho pedagógico nas diversas áreas de conhecimento, bem como para que estas atividades permeiem todas as etapas de educação básica, para a construção e ou reconstrução de uma cultura inclusiva não só nas instituições escolares, mas em todos os contextos científicos, sociais e culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociolinguística; Orientações curriculares; Preconceito; Inclusão.

**ABSTRACT:** This article contextualizes Sociolinguistics in contemporary times, presenting reflections and analyzes of testimonies of professionals of African descent from various professional areas, in addition, some proposals for inclusion, respect for differences, the fight against prejudice, among others, are shown. The research is based, in particular, on the fundamental axes of the Mato Grosso Curricular Guidelines (2010), in order that in the educational curricula these reflections and propositions are present for the pedagogical work in the different areas of knowledge, as well as for these Activities go through all the basic education stages, for the construction and / or reconstruction of an inclusive culture not only in school institutions but in all scientific, social and cultural contexts.

**KEYWORDS:** sociolinguistics, curricular guidelines, prejudice, inclusion.

---

<sup>1</sup> Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Letras UNEMAT- *Campus* Universitário de Sinop-MT, Fonoaudióloga e Psicopedagoga Clínica e Institucional, e-mail: [boninnemonalliza@gmail.com](mailto:boninnemonalliza@gmail.com)

<sup>2</sup> Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Letras UNEMAT- *Campus* Universitário de Sinop-MT, Especialista em Linguística Aplicada, e-mail: [cristina.sara.27@hotmail.com](mailto:cristina.sara.27@hotmail.com)



### Sociolinguística: contribuições para a desconstrução de preconceitos na contemporaneidade

O termo *Sociolinguística* surge a partir de um congresso, em 1964, organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), na ocasião vários estudiosos voltaram-se para os estudos sobre a linguagem, entre estes estudiosos estavam John Gumperz, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes, John Fisher, José Pedro Rona. Nesse congresso Bright propõe que a Sociolinguística possibilite correlacionar as variações linguísticas observáveis de uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta comunidade.

Vale ressaltar, contudo, que Labov, já em 1963, realizou um trabalho de pesquisa na comunidade da ilha de Martha's Vineyard em que estaca o papel decisivo dos fatores sociais nas variações linguísticas, relacionando fatores como idade, sexo, ocupação, *origem étnica* e atitude ao comportamento linguístico. Concluindo, assim, que o objeto da Sociolinguística seria a *língua falada*, observada e usada nas situações cotidianas onde sempre existem variações (FREITAG e LIMA, 2010).

Os estudos e as pesquisas sociolinguísticas trazem inúmeras contribuições para o trabalho científico e pedagógico nas instituições educacionais do País e do mundo. Em seu bojo, questões significativas sobre a língua em uso são seu objeto, porém não de forma isolada, pois, para a Sociolinguística, questões sociais legitimam conceitos e ou preconceitos na e sobre a língua. Ou seja, dependendo do contexto do falante da língua esta poderá ser considerada de prestígio ou não.

Por sua vez, observando-se as Leis e normativas que legitimam o trabalho pedagógico nas instituições educacionais do País, sabe-se da existência das leis e normativas que regulamentam o currículo, para que o trabalho pedagógico envolva às diversidades linguística e sociocultural dos falantes, no entanto, percebe-se que a existências dessas *Leis* nem sempre são garantias de que haja igualdade e respeito às diversidades linguísticas, étnica ou outras diversidades na práxis educacional.



Nesse sentido Bagno (1999, p.15) argumenta que “exixte uma longa tradição de estudos filosóficos e gramaticais que se baseou, durante muito tempo, nesse (pre)conceito irreal da “unidade linguística do Brasil”, [...] sendo esse mito muito prejudicial à educação.”

Para além da asserção da existência da pluralidade linguística, neste texto, apresentar-se-ão aspectos sobre o respeito às diversidades étnicas e raciais e à rara existência da inclusão do tema diversidade étnico-racial em currículos das escolas do Estado de Mato Grosso, mesmo havendo hoje a existência hoje de um documento denominado “Orientações Curriculares para as Diversidades Educacionais” (2010), que contém orientações curriculares específicas, com fins de que essas diferenças, sejam elas quais forem, sejam inclusas sistematicamente na formulação e ou reformulação dos currículos educacionais do Estado.

Cabe salientar, ainda, conforme Rajagopalan (2003, p.62) que: “o traço mais visível da identidade linguística nesses tempos pós-modernos é a *mestiçagem*, da qual nenhuma língua escapa hoje em dia [...] a linguística, tal qual se encontra hoje, ainda permanece imbuída de ideias *preconceituosas* advindas da época do colonialismo.”

Essa asserção referindo-se à necessidade da evolução dos estudos da linguagem, aplica-se igualmente a outras esferas sociais, também permeadas pelo que o autor denomina de *mestiçagem*, a compreensão destas transformações poderá sobremaneira contribuir para que se lancem novos olhares às questões *linguísticas, socioculturais* nos currículos educacionais para que as questões *étnico-raciais* sejam abordadas.

### **Questões étnico-raciais em diferentes contextos: socioculturais, profissionais e educativos, algumas reflexões**

Questões sobre a existência ou não de preconceitos em contextos profissionais diferenciados foram base de entrevistas feitas a profissionais de variadas áreas de atuação profissional, sendo que os resultados demonstraram que o preconceito étnico-racial não é tema superado nos mais diversos contextos sociais, observou-se também



que lamentavelmente ainda há a presença de discriminação e preconceitos presentes em várias esferas sociais.

As entrevistas foram realizadas no segundo semestre do ano de 2016, como parte da atividade da disciplina de *Diversidade e Variação Linguística* ministrada no Mestrado Acadêmico em desenvolvimento no município de Sinop-MT. Para as entrevistas, foi utilizado um roteiro semiestruturado, posteriormente enviado por meio eletrônico, cujas respostas retornaram de acordo com a disponibilidade de tempo dos entrevistados, recebidas também por *e-mail*, fragmentos destas entrevistas serão apresentados e analisados sob a perspectiva de vários teóricos que abordam a temática.

Elencamos, a seguir, as questões enviadas aos entrevistados, fragmentos das respostas obtidas, bem como apresentamos reflexões analíticas das pesquisadoras: Há quanto tempo reside em Sinop? Sentiu alguma dificuldade de adaptação quando chegou? Qual? (Situar sua cidade natal, de onde veio antes de Mato Grosso). Acredita que hoje haja *preconceitos raciais* em áreas diversas, como: na vida familiar, no trabalho, na política, na vida financeira e social? Existe alguma outra forma de preconceito que ainda sofra? Como, por exemplo, na fala? Acredita que antigamente as pessoas de origem *afrodescendentes* sofriam mais preconceitos do que hoje? O que acha que poderia ser feito para que o preconceito fosse combatido?

Obtivemos as seguintes respostas sobre se sentiram dificuldades ao chegarem neste município:

*“Quando da minha chegada a Sinop, não senti nenhuma dificuldade em me adaptar.”*

*“Quando da mudança para o município a maior dificuldade em adaptação foi a busca por emprego.”*

*“Resido em Sinop desde 1998, na época foi muito difícil, pois eu vim de uma grande metrópole -São Paulo.”*

*“No início senti muita dificuldade em fazer novas amizades.”*



Vemos que, de acordo com os fragmentos, os entrevistados declaram não ter sentido *muitas* dificuldades de adaptação ao município, embora tenham vindo de regiões diversas do País, relatam que tiveram contratempos comuns, como conseguir emprego, fazer novas amizades e adaptar-se a um município novo e pequeno, notamos que nenhum dos entrevistados faz menção a que estas dificuldades sejam provenientes por serem de origem *afrodescendentes*.

Quando a pergunta foi mais específica e objetiva, indagando sobre se eles percebem nas relações sociais e ou culturais algum tipo de preconceito, as respostas foram:

*“Preconceito sempre existiu no mundo, e no Brasil não é diferente.”*

*“Com certeza, há agências bancárias na cidade onde todos os atendentes são brancos, de origem do sul do país.”*

*“O preconceito contra as mulheres é terrível, penso e muitas vezes percebo que pesa mais que a questão da minha cor.”*

*“Sim...percebo.”*

Observamos que os entrevistados disseram observar e *sentir o preconceito racial*, relatando que este preconceito continua existindo aliado ao de gênero, outro menciona que observa nenhuma presença de afrodescendentes em agências bancárias ou em outros trabalhos que não sejam braçais, assevera que oferecer ao negro atividades intelectuais é raridade ainda em pleno século XXI. Lamentavelmente, a questão da cor ainda influencia a escolha de profissionais em alguns ramos de trabalho, mesmo que não de forma explícita, mas de forma velada. Uma observação mais apurada em locais de trabalho que demandam atividades intelectuais demonstra isso.

Quando perguntados se sofreram ou sofrem algum tipo de preconceito por seu modo de falar, foram estas as respostas:

*“Quando perguntada do meu jeito de falar, já vou logo dizendo que tenho os dois pés na África, um na Bahia e outro em Poxoréo/MT. Aproveito o momento*



*para discutir sobre as variações linguísticas, que se apresentam fortemente em nosso estado.”*

*“De maneira explícita nunca sofri.”*

*“Na fala não.”*

*“Não... Mais muitos dos meus colegas de graduação sofriram por não falar a norma culta.”*

Nestes fragmentos observa-se que dois destes admitem ter sofrido alguma forma de preconceito linguístico, um diz não ter sofrido e um diz ter visto colegas de curso sofrerem por não falarem a norma culta. É importante ressaltar que estes entrevistados possuem todos grau de escolaridade em nível de pós-graduação e este fator talvez influencie na não discriminação linguística, embora, segundo o relato de um dos entrevistados há a sua existência. Vê-se, assim, que, para além do preconceito com a cor da pele, há nos relatos diferentes menções de preconceitos a serem combatidos na atual sociedade.

Quando perguntados se percebiam que no decorrer do tempo as questões raciais sofreram uma evolução positiva, no sentido de diminuição dos preconceitos com a criação de Leis e outros instrumentos legais, por exemplo, se comparar à situação hoje e antigamente, segundo os entrevistados temos que:

*“A história fala por si, há a existência de vários Guetos constituídos lutando contra estas segregações, mas ainda é muito pouco.”*

*“Sim, o preconceito de raça era mais evidente na sociedade e nas relações interpessoais.”*

*“Sim, mas não se divulgava.”*

*“Acredito que antigamente as pessoas preconceituosas não tinham tanto receio em expor o seu preconceito. Hoje, apesar de infelizmente ainda existirem*

*“pessoas assim, tenho notado que os ataques preconceituosos raciais no dia a dia são coibidos pela Lei muitas vezes.”*

Observa-se, nas respostas acima, que os entrevistados concordam que sempre existiu o preconceito, embora, antigamente, as pessoas não tivessem tanto receio em expor os preconceitos já hoje, por força de Lei, velam tais sentimentos e as atitudes não são tão explícitas, ainda que sintam a mesma coisa, fazendo com que o preconceito seja algo demonstrado de forma sutil, ou seja, asseveram que o preconceito existe de forma velada, mas, quando aparece, por força de Lei é coibido, sendo assim, a *cultura de inclusão* e o respeito às diferenças ainda estão longe de ser realidade.

Neste aspecto, observamos o quanto é importante que haja nas instituições de educação, desde os primeiros contatos sociais dos estudantes, uma força tarefa sistemática para a construção de uma *cultura de respeito às diferenças*, sejam elas quais forem.

Quando solicitado que os entrevistados expusessem seu ponto de vista, com a finalidade de identificar se a cultura do respeito às diferenças e da inclusão fazem parte do seu cotidiano, ou o que poderia ser feito com esta finalidade, obtivemos as seguintes declarações:

*“O respeito pelo outro, a conscientização de que não é a cor da pele que determinará quem somos ou deixamos de ser; penso ser a base para se resolver parte destes problemas.”*

*“O preconceito é intrínseco a própria pessoa, não há como o combater completamente sem a mudança da maneira de o indivíduo mudar sua maneira de pensar e agir.”*

*“Sinceramente não sei o que dizer, parece que as pessoas gostam de formas que deixem todos iguais, então quando se foge a essa perspectiva, automaticamente é a ovelha negra.”*

*“As pessoas vítimas de preconceitos deveriam continuar lutando por seus direitos e expondo o preconceito quando sofrem e nunca deveriam ter receio de denunciar qualquer atitude preconceituosa, seja onde for e de quem quer que seja.”*

Observa-se, nessas declarações, que há a necessidade de atitudes transformadoras motivadas pelo respeito às diferenças e seu reconhecimento. Vemos, assim, que as formas de agir e pensar ainda necessitam de mudanças, nos mais diversos aspectos e de todas as ordens, dentre elas destacam-se em seus depoimentos, a necessidade de responsabilizar os preconceituosos como atitude de suma importância, para que haja a reflexão e transformação desta cultura preconceituosa e excludente. Os entrevistados destacam também a importância do empenho em todas as esferas sociais de discussões e reflexões.

Neste contexto, vale salientar a importância de olhar para as diferenças como algo positivo, para valorizar e enriquecer a espécie humana, não como algo negativo e sem valor, que as divide ou inferioriza. É neste aspecto que a educação e seus currículos poderão contribuir sobremaneira com a construção, o desenvolvimento e a consolidação desta *nova cultura inclusiva*.

Com este entendimento, surge a seguinte questão: Como as Políticas Públicas Educacionais por meio de seus *currículos e de suas ações pedagógicas* têm tratado das questões das Diversidades?

### **Ressignificação dos currículos educacionais: possibilidades para a desconstrução de preconceitos em contextos diversificados**

Considerando os relatos acima, de profissionais de diversas áreas de atuação, confirma-se ainda a permanência de situações de preconceitos em contextos sociais diferenciados. Sendo assim a educação, contexto social onde convivem pessoas de diferentes constituições culturais e sociais, com possibilidade de construção de



diferentes valores e novos conhecimentos, potencialmente poderá contribuir para a constituição e ou reconstrução de uma cultura diferenciada não só em espaços internos, mas para além destes, onde quer que haja pessoas.

Para tanto, há uma importante contribuição na Lei 10.639/03, promulgada em 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ou seja, é uma significativa orientação para os currículos das instituições de Ensino Básico, tanto para as redes públicas quanto privadas do País. Trata-se da obrigatoriedade de estudos sobre as temáticas, História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, o que tem sido considerado um marco na pugna pelo sobrepujamento das desigualdades raciais na educação brasileira.

Tanto a Lei 10.639/03, quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana foram aprovadas em março de 2004 pelo Conselho Nacional de Educação. Estas implementaram importantes medidas de atividades assertivas, respondendo a um conjunto de demandas históricas, de pessoas e grupos que, por quase cinco séculos, pleiteiam a necessidade de implementação de políticas públicas competentes a fim de transformar esta realidade, ainda *racista e excludente* (GOMES, 2010).

O que de fato interessa com a promulgação destas Leis explicitadas acima é, sobretudo, *interrogar o currículo*, a partir das africanidades e trajetórias afro-brasileiras tendo em vista o que determina cada Lei. Conforme Gomes (2012) há uma necessidade de mudanças nas *práticas e a descolonização dos currículos da educação básica e superior* em relação à África e aos afro-brasileiros. Ou seja, mudanças de representação e de práticas, que exigem questionamentos dos lugares de poder. Indagando, assim, a relação entre direitos e privilégios arraigados em nossa cultura política e educacional, bem como em nossas escolas e na própria universidade.

Em reconhecimento ao significativo papel social das instituições escolares, o documento oficial produzido no Estado de Mato Grosso intitulado “Orientações Curriculares para as Diversidades Educacionais” (2010), em conformidade com os



demais documentos e Leis nacionais, traz, em seu bojo, possibilidades de retomada das discussões das questões ético-raciais para a Matriz Curricular das instituições educacionais, observando que são muito tímidas as atividades com este tema nos currículos educacionais. Por sua vez, quando estas aparecem lamentavelmente são trabalhadas de forma superficial e não com a profundidade necessária e merecida, para a reconstrução de uma cultura inclusiva e de respeito às diferenças.

Estes aspectos, como supracitado, são de suma importância para a consolidação de uma sociedade justa e igualitária preconizada por Leis e decretos governamentais, visto que asseveram que os direitos de todos os cidadãos, independentemente de origem, cor, raça, posição social ou qualquer outra diferença que os constituam deverão ser cumpridos, sob pena de ser responsabilizado quem não os cumpra.

Em se tratando de respeito às diversidades, Gomes (2007) salienta que a diversidade é um componente de desenvolvimento biológico e cultural da humanidade, ela se faz presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens técnicas, artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de socialização e de aprendizagem. A diversidade pode ser entendida, assim, como um fenômeno que atravessa o tempo e o espaço e se torna uma questão cada vez mais séria, quanto mais complexas vão se tornando as sociedades.

Assim sendo, descolonizar os currículos será mais um desafio para a educação, visto que, conforme Gomes (2007, p. 41, grifos nosso), “[...] assumir a diversidade é posicionar-se contra as diversas formas de dominação, exclusão e discriminação. É *entender a educação como um direito social* e o respeito à diversidade no interior de um campo político”.

A partir deste entendimento surgem as Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais do Estado de Mato Grosso (2010), construídas com a participação da comunidade educacional e disponibilizadas a todas as Escolas Estaduais desde 2010, em princípio a mais de 700 instituições educacionais e com o decorrer do tempo a outras muitas através da publicação e distribuição tecnológica. Confirmam-se, assim, a preocupação e a necessidade de que os currículos das diferentes áreas do



conhecimento se atentem para situações de inclusão e combate a quaisquer tipos de preconceitos.

Este olhar para o currículo da educação básica, justifica-se, pois, conforme depoimentos acima à falta destas discussões pelas instituições educacionais o que resulta na permanência desta cultura preconceituosa não só nas escolas, mas em outras esferas sociais, ou seja, como relatado pelos profissionais entrevistados que ainda sofrem os reflexos dela em suas vidas em seu cotidiano. Vale ressaltar que nossos entrevistados representam muitos outros brasileiros e mesmo pessoas de outras partes do mundo que não estão isentas de discriminação e preconceitos, confirmando, assim, a necessidade de intensivo trabalho para a construção de uma nova cultura de inclusão e respeito às diferenças.

É certo que outros contextos sociais além da educação, poderão contribuir sobremaneira com essa discussão, propiciando, dessa forma, a transformação de uma cultura preconceituosa para *uma cultura de respeito às diferenças*. No entanto, a escola, por ser o segundo espaço social, para além da família, em que as crianças convivem com uma enormidade de diferenças, nacionalidades, etnias, gêneros, posição social, dentre outras diversidades em um mesmo espaço e desde muito cedo, por meio da educação infantil, seguida do ensino fundamental, ensino médio, tem as condições apropriadas para incluir sistematicamente em seus currículos tais temas. Contudo:

Para a eficácia de uma educação que resulte em relações mais justas, aspectos do contexto escolar como material didático, currículo e interações sociais devem sofrer mudanças, pois esses elementos muitas vezes constituem os mecanismos intraescolares que reproduzem e veiculam ideias racistas que acabam dificultando a inclusão, permanência e sucesso do alunado negro e indígena na escola. (MATO GROSSO, 2010, p. 83).

Observa-se, assim, que este documento sinaliza que sua finalidade primeira é orientar os currículos da educação básica de Mato Grosso e, para tal tarefa, todos os currículos educacionais do Estado deverão incluir em seus planejamentos atividades que

envolvam “Orientações Curriculares para a Educação das Relações *étnico-raciais*” (2010, p.78), sugeridas no próprio documento, como:

- Educação das relações étnico-raciais no currículo.
- Como organizar o ensino aprendizagem para a inclusão das questões indígenas, *africanidades e afro-brasileira*?
- Práticas pedagógicas e interdisciplinaridade na educação infantil, no Ensino Fundamental.
- Conteúdos para a educação das relações etnicorraciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no Ensino Médio.
- As religiões de matriz africana e o ensino religioso escolar, dentre outros temas significativos para a construção do currículo das instituições educacionais, dentre outros temas significativos.

Ao reconhecerem que uma cultura de respeito às diferenças será significativa e necessária para a comunidade em geral e não só para a comunidade educacional, alguns fragmentos do documento exemplificam como e quais os aspectos possíveis de serem trabalhados no processo de ressignificação dos currículos das escolas do Estado, ao argumentarem que:

Em seu conjunto, as *orientações curriculares* aqui apresentadas têm o intuito de contribuir com a *redução das desigualdades educacionais*, de forma a dar garantias das especificidades e de aprendizagens e metodologias considerando a realidade e necessidade do povo matogrossense [...] é importante observar que as áreas das diversidades possuem base comum de reivindicações, que são o chão dos movimentos sociais. Assim, existe uma estreita relação entre as concepções educativas na perspectiva de conhecimento, inclusão e mudança social. (MATO GROSSO, 2010, p. 13).

Vê-se, logo na apresentação do documento, a justificativa para a sua existência e distribuição, sendo este material específico para a orientação dos currículos educacionais *nas questões das diversidades*. Espera-se que com esta ação os conteúdos educacionais das diferentes áreas de conhecimento trabalhem na perspectiva da construção do conhecimento da inclusão e da transformação social.

Este documento reflete também a preocupação por parte dos gestores públicos e educadores mato-grossenses em compreender e valorizar as diferenças que formam sua população, bem como, apresenta sua significativa e necessária contribuição para que através da educação estas diferenças possam ser vistas como riqueza cultural e de nenhuma forma potencializando o preconceito e a discriminação, ao dizer que:

O currículo numa perspectiva multicultural crítica, possibilita o reconhecimento da diferença de forma a não inferiorizar essas diferenças. Assim, a história, a cultura e todos os conhecimentos ganham no currículo importâncias equivalentes e correlatas no processo educativo. Como bem enfatizado por MacLaren (2000) [...], “a diferença é sempre um produto da história, cultura, poder e ideologia.” (MATO GROSSO, 2010, p. 83).

A partir deste entendimento, o documento contextualiza a importância e a necessidade da elaboração de Leis e Políticas Públicas que garantam o direito à inclusão. Cabe ressaltar, uma vez mais, que além das legislações já existentes, foi de suma importância a promulgação da Lei 10.639/03 de 2003, Lei esta específica para garantir os direitos de diferentes povos, pois, trata especificamente das relações étnico-raciais, em diferentes contextos sociais. Contudo, cabe mencionar que ainda há invisibilidade destas questões nos currículos educacionais, acerca disso sabe-se que:

No Brasil a discriminação étnico-cultural e racial reproduz-se em vários contextos sociais das relações entre brancos/as e não brancos/as. A escola não se isenta dessas reproduções. Mesmo não sendo produtora de relações excludentes, acaba por refletir tramas sociais existentes no espaço macro da sociedade [...] os dados do IBGE-2000, por exemplo, sobre o sistema escolar em Mato Grosso reflete a sub-representação do/a negro/a na média de anos estudados, bem como em outros indicadores sociais. (MATO GROSSO, 2010, p. 76-77).

Por sua vez, ao se reconhecer a riqueza da diversidade étnica do Estado de Mato Grosso, bem como, a responsabilidade social da educação, não é mais possível fechar os



olhos a estas questões, relevantes não só neste Estado ou País, mas no mundo todo. Sendo assim, é imprescindível ressignificar as relações sociais existentes nos espaços educacionais, possibilitando-se que, para além dos aspectos educacionais, sejam assegurados os direitos de todos nos diversos contextos sociais e em todos os campos de atividade humana, pois é mister que esta riqueza diversa seja valorizada e que ações sejam empenhadas:

A educação não se fará só com recomendações, mas exigem-se ações com mudanças curriculares significativas que visem a transformação da escola em espaço de construção de novos sentidos acerca das relações etnicorraciais no Brasil, haja vista que a alteração da Lei nº 9394/96- LDB tornou obrigatório [...] nos estabelecimentos de ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares [...] o ensino sobre Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. (MATO GROSSO, 2010, p. 77-78).

É digno de nota mencionar que este empenho na construção, distribuição e orientação para a ressignificação dos currículos por si só não irá garantir sua efetividade, pois tais alterações podem não ser suficientes. Dessa forma, além de trazer o assunto para a prática pedagógica é mister compreender que há a necessidade de que as instituições de educação assumam a responsabilidade de trabalhar estas questões em seus currículos, e, mais que isso, que todas as áreas de conhecimento, para além da linguagem e durante todo o percurso dos estudantes, tenham a possibilidade de compreender, refletir e reconstruir conceitos sobre as razões, as causas e a importância das diversidades:

Muitas têm sido as discussões teóricas que abordam as questões como pluralidade cultural e etnicorracial no espaço da educação. Pode-se dizer que os aspectos teóricos que iluminam tais questões no contexto escolar têm sua origem numa educação cultural popular. A educação, nesse contexto, adota como paradigma a formação de sujeitos capazes de práticas de cidadania e emancipação, com bases de consciência política histórica da diversidade etnicocultural, ou seja, capazes de se autoafirmarem e viverem numa sociedade plural. (MATO GROSSO, 2010, p. 78).



Sendo assim, ao se considerar toda a pluralidade presente na sociedade e na contemporaneidade, alguns temas poderiam ser trazidos à discussão nas instituições de educação, como o próprio documento diz, questões como a organização do ensino e a aprendizagem para a inclusão das africanidade e a construção de uma base ou uma estrutura eficaz para uma prática social plural e de afirmação étnico-racial, dentre outras.

Até este ponto vê-se o enorme potencial que as instituições de educação têm para a *ressignificação de um currículo* voltado para a inclusão, assim como o significativo e promissor avanço que o Estado de Mato Grosso teve ao construir um documento específico para orientar os currículos da educação básica possibilitando novas relações sociais/culturais para o trabalho docente por um viés de valorização aos aspectos humanos e de respeito às diferenças.

Assim, talvez em pouco tempo não haja mais a necessidade de Leis para assegurar os direitos às diferenças e, embora os depoimentos acima citados ainda sejam realidade, queremos acreditar no enorme potencial da educação no sentido de *desconstruir uma cultura preconceituosa* e doentia ainda existente substituindo-a uma cultura inclusiva e de respeito às diversidades em todas as esferas sociais humanas.

Evidencia-se, assim, o grande potencial que o currículo educacional possui, de ser um instrumento para se estabelecer novos e diferentes saberes, sabendo-se que uma cultura inclusiva e de respeito às diferenças não é algo automático, depende de uma construção coletiva, que envolve relações de respeito e solidariedade, conceitos estes que levam algum tempo para serem construídos.

Nesse sentido a comunidade escolar poderá, sim, através da *ressignificação* de seus currículos, possibilitar estas transformações, que, a priori, iniciam seus processos na esfera intraescolar mas que poderão se expandir para outros contextos sociais extraescolares, conforme descreve Silva:

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no



currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais. (SILVA, 1996, p. 23).

Esta possibilidade de transformação poderá ocorrer de forma individual ou coletiva, desde que as instituições educacionais acreditem no poder de transformação que está intrínseco à educação, como diz Paulo Freire na obra “Nós podemos reinventar o mundo” (1993, p.9): “Não posso continuar sendo Humano se faço desaparecer em mim a esperança”.

### Conclusão

Vale salientar, uma vez mais, que são inegáveis as grandes contribuições da Sociolinguística para a compreensão de fenômenos sociais e linguísticos na contemporaneidade. Nesse contexto, ressalta-se que as muitas inovações em diversas áreas do conhecimento por si só não são garantias de não se ter atitudes de preconceito ou discriminação nas diversas esferas sociais, no entanto, a compreensão de que *a educação poderá sobremaneira contribuir* para tais reflexões nos dão a certeza de que existe um vasto caminho a ser trilhado. Gomes corrobora com estas assertivas ao afirmar que:

É preciso igualmente tomar cuidado para não depositarmos toda a nossa esperança de superação do racismo e das desigualdades raciais na educação escolar. *A escola sozinha não dá conta de tudo, mas nem por isso ela deixa de ser responsável nesse processo.* [...] O principal alvo de uma educação antirracista é a construção de uma sociedade mais digna e democrática para todos, que reconheça e respeite a diversidade. (GOMES, 2010, p. 87, grifos nossos).

Ao constatarmos que a ressignificação dos currículos em Mato Grosso, na última década, vem se intensificando, culminando na produção, distribuição e implementação



de novas formas de planejar e avaliar considerando a diversidade, somos impelidos a acreditar que seus reflexos alcançarão outras esferas sociais.

Ainda sobre a necessidade de transformação do currículo, Gomes (2012, p. 106) argumenta que “[...] trata-se, na realidade, de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política”. Mudança esta que precisa considerar a reeducação das relações entre negros e brancos, o que depende, ainda, da empreitada conjunta de articulação entre processos educativos escolares e das políticas públicas, pois sabemos que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não acontecem somente na escola (MEC, 2007).

Contudo, é necessário pensar sobre práticas de educação interculturais, visando acreditar que, na escola, possamos construir identidades positivas que valorizem as diferenças, como bem enfatiza Muturana (1997, p. 17), “a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados.”

Em consonância com este pensamento, Santana (2012) assevera que a discussão sobre a África e o negro no contexto da cultura brasileira (ou das culturas brasileiras) necessita, no caso do espaço escolar, ir além do que apenas atividades pedagógicas novas; tal discussão deve promover o debate, a reflexão e a mudança de postura de todos os envolvidos no contexto educacional, para que, efetivamente, aconteça o combate ao racismo e à discriminação racial.

Reconhece-se, no entanto, o enorme desafio em desmistificar a atual cultura em que as questões de preconceito estão para além de instituições e posições sociais, mais imbuídas em todo o seio da sociedade. Por sua vez, espera-se, que, com a implementação de currículos inclusivos, bem como, com a construção conjunta destes com o meio social possa-se possibilitar às atuais e novas gerações uma outra cultura voltada para o respeito e valorização das diferenças, sejam elas quais forem.



### Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49º ed. Edições Loyola. 1999.

FREIRE, Paulo. **Nós podemos reinventar o mundo**. Revista Nova Escola. São Paulo, nov. 1993.

FREITAG, Raquel Meister Ko; LIMA, Geralda de Oliveira Santos. **Sociolinguística**. São Cristóvão/SE. 2010.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e Currículo. In: BEAUCHAMP, Janete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica: 2007.

\_\_\_\_\_. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/03**. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem fronteiras, v.12, n.1. p. 98-109, jan/abr 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/articles.htm>; acesso em: 20/06/2012.

MATO GROSSO. **Orientações Curriculares: Das Diversidades Educacionais**. Cuiabá: Defanti, 2010.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

Ministério da Educação e Cultura. **Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: relações étnico-raciais e de gênero**. Brasília: 2007.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**. Parábola Ed., 2003.

SANTANA, José Valdir Jesus de; SANTANA, Marise de; MOREIRA, Marcos Alves. **Currículo, diversidade étnico-racial e interculturalidade: algumas proposições**. Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queiros, Ano 2, n. 6, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

Recebido Para Publicação em 12 de maio de 2017.

Aprovado Para Publicação em 30 de junho de 2017.